

**SEMINÁRIO ENTRE OS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL — SEMINÁRIO
REFORMA AGRÁRIA COMO DINAMIZADOR DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL — REALIZADA NA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA
SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL**

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Zeca do PT, presidente da Comissão Permanente de Desenvolvimento Agrário e Assuntos Indígenas e Quilombolas, deu-se abertura da Solenidade de Entrega do Governo Federal para Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Comunidade Quilombola do Estado de Mato Grosso do Sul.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Neste primeiro momento, vou fazer a minha autoapresentação. Meu nome é Severina, estou trajando vestido preto e blazer azul-royal, uso óculos, minha cor é parda, cabelos compridos e castanhos. Estou atuando como mestre de cerimônias, em um púlpito posicionado na lateral direita das bandeiras nacional, do estado e da Mesa de autoridades. Parlamentares, autoridades, representantes de instituições parceiras, lideranças, movimentos sociais, associações, cooperativas, representantes de entidades de classe e de instituições não governamentais, senhoras e senhores, bom dia! Este Seminário está sendo transmitido ao vivo pela TV Alems, canal 7.2 da TV aberta, Rádio Alems, conectada à Rádio Senado, na frequência 105,5 MHz, e pelas nossas plataformas digitais. Informamos que temos Wi-Fi disponível; para conectar, localize em seu dispositivo a rede Alems. Os registros fotográficos oficiais estarão disponíveis na galeria do site da Alems. As notas taquigráficas deste evento serão disponibilizadas no site da Alems dentro do prazo regimental. Em nome do presidente deste Parlamento, deputado Gerson Claro, e do proponente, deputado Zeca do PT, presidente da Comissão Permanente de Desenvolvimento Agrário e Assuntos Indígenas e Quilombolas, recebemos todos nesta Casa de Leis, com a participação do Governo Federal, com o objetivo de proceder às assinaturas dos seguintes documentos: títulos de domínio definitivos; contratos de crédito, modalidade fomento mulher; selo da agricultura familiar — indígena e quilombola, para comercialização de produtos oriundos da reforma agrária; contrato do Programa de Crédito Fundiário e de intenções conjuntas, e protocolos de intenções. Senhoras e senhores, vamos receber, neste momento, o proponente deste Seminário, deputado Zeca do PT, presidente da Comissão Permanente de Desenvolvimento Agrário e Assuntos Indígenas e Quilombolas; a senhora Simone Tebet, ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, acompanhada do vice-governador José Carlos Barbosa (Barbosinha); a senhora Fernanda Machiavelli Morão de Oliveira, secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário, neste ato, representando o senhor Luiz Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; o deputado federal por Mato Grosso do Sul, senhor Vander Loubet; a deputada federal Camila Jara; o deputado estadual Pedro Kemp, segundo-secretário deste Parlamento; o senhor Thales Henrique Tomazelli, prefeito de Itaquiraí e presidente da Assomasul; o senhor João Pedro

Gonçalves da Costa, diretor de Governança Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Solicitamos às autoridades que tomem seus assentos. Registramos a presença do secretário de Estado da Casa Civil, Eduardo Rocha; do secretário-adjunto, Valter Carneiro Junior; do superintendente regional do Incra em Mato Grosso do Sul, senhor Paulo Roberto da Silva; e do senhor Washington Willeman de Souza, diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer). Senhoras e senhores, anunciamos, neste momento, para as boas-vindas, o proponente deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (proponente e presidente da CPDAAIQ) —

Bom dia a todos e a todas! Inicialmente, quero agradecer a presença de cada um de vocês e dos movimentos sociais organizados que se fazem presentes aqui, com suas representações, movimentos sociais organizados que lutam pela reforma agrária, pela cidadania, pela dignidade e pela democratização da terra. É uma satisfação enorme recebê-los aqui. Como coordenador desta Mesa, quero pedir desculpas pelo nosso relativo atraso, em função — e aqui eu explico a razão — de que estávamos, preliminarmente, sentados com a ministra Simone Tebet, com a secretária executiva Fernanda Machiavelli Morão de Oliveira, com o vice-governador José Carlos Barbosa e com os deputados federais Vander Loubet e Camila Jara, tratando de encaminhamentos que são importantíssimos para o desdobramento deste evento que realizamos aqui na Assembleia Legislativa. Quero agradecer ao presidente da Casa, deputado Gerson Claro, por nos atender no pedido de realizar este evento aqui. Agradeço ao Cerimonial e a todos os funcionários que nos dão tranquilidade para a realização deste evento. Cumprimento também a todos da Mesa, de forma muito sucinta, com todo apreço, respeito e consideração que essas autoridades merecem. Nosso evento é o desdobramento de uma reunião preliminar que realizamos, há dois ou três meses, em Brasília, no gabinete da ministra Simone Tebet, com a presença dos deputados Vander Loubet e Camila Jara — eu, na condição de presidente da Comissão Permanente de Agricultura Familiar, Reforma Agrária, Povo Quilombola e Indígena — para tratar dos encaminhamentos que nós achamos importantes para fazer efetivamente acontecer a agricultura familiar e a reforma agrária em nosso estado. Eu disse, agora há pouco, às ministras e ao vice-governador, em nossa reunião — e gostaria de, rapidamente, repetir aqui para vocês, para a gente não perder tempo — que é muito importante o que nós estamos realizando aqui. Significa uma articulação importante nos avanços substanciais, significativos, que temos tido na agricultura familiar do nosso estado, em particular; e na nossa expectativa de avançar no assentamento daqueles que, acampados, lutam pelo seu lote de terra. Nesses dois anos e meio, fizemos a reestruturação: do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) — que tinha sido extinto no governo anterior — agora sob a coordenação, a batuta da companheira Marina, nossa superintendente do Ministério do Desenvolvimento Agrário; da reestruturação do Incra, particularmente aqui no Estado de Mato Grosso do Sul, que tinha se transformado num comitê eleitoral, que fazia de tudo, menos reforma agrária, no governo passado. Isso foi feito juntamente com o trabalho da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer) que, durante esses dois anos e meio do governador Riedel — que tem sido um

homem extremamente sensível à pauta da agricultura familiar e da reforma agrária —, sob a coordenação do companheiro Washington Willeman de Souza, que está aqui presente e que já se afastou da condição de diretor-presidente, a quem eu queria publicamente agradecer o teu trabalho junto ao Beto e toda a equipe. Na pessoa de vocês, da Agraer, nós tivemos avanços que, há muito tempo, a gente esperava. Para vocês terem uma ideia — eu dizia às ministras, ao vice-governador e às autoridades com as quais nos reunimos na sala do presidente —, em dois anos e meio nós avançamos de menos de três mil assentados e assentadas com a carteira de identidade da agricultura familiar para mais de trinta mil famílias no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), que é o documento, a identidade que permite a qualquer assentado a oportunidade de acessar as políticas sociais, particularmente neste momento, desenvolvidas pelo governo do presidente Lula, inclusive o Pronaf, Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar, com juros de 0,5%, 1%, 2%, 3%, 4%, 5% ao ano; recursos subsidiados e aprovados pelo governo do presidente Lula, por esta ministra que nos orgulha, irmã desta terra e que faz um trabalho extraordinário à frente do Ministério do Planejamento e Orçamento. Avançamos, através do Incra, do MDA e da Agraer, na distribuição dos créditos: aproximadamente quarenta mil famílias, mulheres, vão receber o Fomento Mulher, algumas delas neste evento importante. E o que nós queremos agora é avançar na reforma agrária, de forma tranquila e pacífica; adquirir e desapropriar, enfim, comprar terras que estejam eventualmente disponibilizadas — e estão —, para atendermos a demanda das famílias, como vocês que estão acampados. Ao mesmo tempo, eu disse há pouco a vocês que tenho me empenhado muito em algumas tarefas, como presidente da comissão, em desfazer conceitos que foram plantados na cabeça da sociedade e que absolutamente são injustos, inverídicos e canalhas contra o conceito da reforma agrária e contra a agricultura familiar. O primeiro deles: que é incompatível a agricultura familiar com o agronegócio. Não! Ao contrário: precisa, para este Brasil crescer, que esses dois conceitos, do agronegócio e da agricultura familiar, caminhem juntos. O agronegócio, na produção de commodities — da soja, do grão, de modo geral, da carne — para a comercialização para o mundo, permitindo a entrada de dólares, o equilíbrio da balança comercial e a geração de emprego. A agricultura familiar, para produzir aquilo que é fundamental para o povo brasileiro: a comida — e a comida de boa qualidade que os assentados produzem. O segundo conceito que devemos desfazer é o de que reforma agrária tem a ver com comunismo. Absolutamente não. É preciso que a gente entenda que os países mais desenvolvidos do mundo — da Europa, os Estados Unidos, estes em particular — só cresceram, são grandes e importantes porque tiveram ousadia e coragem de fazer reforma agrária. O que não é compatível, não é justo, é que, ao mesmo tempo em que milhares de famílias, como vocês, lutam por um lote, por um pedaço de terra, nós tenhamos, neste país, gente com duzentos, trezentos, cem, quatrocentos mil hectares de terra. Isso é absolutamente injusto; portanto, nós lutamos por justiça social. E o terceiro conceito, para concluir: de que investir na agricultura familiar é jogar dinheiro fora. Não é verdade. Os dados oficiais do Governo — os mais críveis possíveis — dizem que 70% a 80% daquilo que é produzido como comida para o povo brasileiro vem da agricultura familiar. Portanto, eu faço do meu mandato, como presidente da Comissão da Agricultura Familiar, uma ferramenta pequena, mas uma ferramenta para a gente fazer a reforma

agrária, melhorar a agricultura familiar, avançar no conceito da reforma agrária. Reforma agrária não é só a conquista do lote — claro que é muito importante, e vocês, mais do que ninguém, apesar de todo o desprezo, com toda dificuldade, com os horrores que passam, continuam acampados sonhando com pedaços de terra. Depois, entra o papel do Estado, da política, em permitir a vocês, assentados: casa, água, luz, estrada, escola, saúde, assistência técnica, crédito — como o Pronaf — para produzir e para comercializar. Portanto, acredito como nunca, nestes setenta e cinco anos da minha vida, que nós podemos desenvolver o Brasil, fazendo, com tranquilidade e de forma pacífica, a reforma agrária, com o apoio do deputado Vander e da Camila. Este encontro, com certeza, vai ter enormes resultados para a reforma agrária e para a agricultura familiar. Com essas palavras, minha querida ceremonialista, dou por aberto este Seminário, este evento, saudando todos que defendem a reforma agrária e a agricultura familiar em Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Registramos, aqui no Plenário especial, a presença da deputada estadual Gleice Jane; de Marcelo Heitor Silvestre dos Santos, superintendente Federal da Pesca e Aquicultura aqui do Estado; de Tiago Botelho, secretário de Patrimônio da União, aqui em Mato Grosso do Sul; de Marina Ricardo Nunes Viana, superintendente Federal de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar em Mato Grosso do Sul; de Rodrigo Borges Bastos, prefeito de Sidrolândia; de Ronaldo de Souza Costa, superintendente estadual do Ministério da Saúde em Mato Grosso do Sul; de Edmilton Cerqueira, secretário de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais do MDA; e de vereadores aqui de Campo Grande: o Ronilson, a Luiza Ribeiro e o Landmark. Agradecemos pela presença e passamos agora a palavra ao senhor João Pedro Gonçalves da Costa, diretor de Governança Fundiária do Incra.

SENHOR JOÃO PEDRO GONÇALVES DA COSTA (diretor de Governança Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra) — Bom dia a todos e a todas. Bom dia à Mesa desta Casa, Casa do Povo. Na pessoa deste grande político aqui do estado, o deputado Zeca do PT, ex-governador. Quero saudar a ministra — esta que é uma grande mulher —, Simone Tebet; a nossa ministra interina, secretária Fernanda, que está aqui; o superintendente do Incra, Paulinho; os servidores que estão aqui conosco; e todo o MDA, que está aqui representado. Quero saudar, na pessoa da Marina, os nossos deputados federais e esta representação da terra que está aqui presente nesta sessão: os movimentos organizados. Só a democracia conquistada pela sociedade brasileira nos permite conversar com representações caras, históricas, que representam a reforma agrária, que representam a agricultura familiar, como a representação que está aqui da CPT, da Liga Camponesa, do MST, da Contaq, que estão presentes, e do povo negro, o povo preto, o povo quilombola que está aqui neste ato. É um dia de entregas, é um dia de reafirmar a reforma agrária — que não é bandeira dos comunistas, ou só dos comunistas. Quem trata de reforma agrária é a Carta Magna de 1988. Quem garante a reforma agrária no Brasil é a nossa Constituição. É tempo de reafirmar a reforma agrária neste ato — porque é um ato de entrega — e o Incra tem a grande responsabilidade de ser gestor de

praticamente cinquenta políticas públicas que são executadas nesta parcela do povo brasileiro, da agricultura familiar. Nós estamos hoje entregando uma portaria de reconhecimento do Quilombo Tia Eva. São trezentas famílias ali, e foi preciso chegar no século XXI para o que o Estado brasileiro reconhecesse historicamente aquela ocupação. Ninguém “cria” quilombo; só a democracia, em um Estado comprometido com todos, reconhece um território quilombola; e o Incra está fazendo isso hoje. Como? Entregando política de fomento, crédito às mulheres que estão nos nossos projetos de acampamento; e entregando cento e sessenta e sete títulos definitivos, dos dois mil que o Incra entregará até dezembro deste ano. Entregar título definitivo é reconhecer a luta de resistência na terra pública, é reconhecer e garantir estabilidade jurídica, é dar um documento com o qual você, agricultor, pode chegar a um banco e ter mais crédito. Enfim, eu quero fazer uma saudação à Casa, ao deputado, à Comissão de Agricultura deste Poder e, sobretudo, à luta dos trabalhadores e trabalhadoras e do povo quilombola que estão aqui. Nós voltaremos para fazer mais por aqueles que precisam ser incluídos. Parabéns ao deputado Zeca do PT, à comissão, aos deputados que estão nesta data, junto com o Incra, entregando e reafirmando o compromisso com a vida de quem vive na terra brasileira. Muito obrigado.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Registramos a presença do secretário-executivo da Casa Civil, senhor Marquito Perez; de Adilson Nascimento dos Santos, superintendente-substituto do Incra; e de Carlos Augusto Pereira (Fapec/Incra). Vamos ouvir agora o prefeito de Itaquiraí e presidente da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul, Thales Henrique Tomazelli.

SENHOR THALES HENRIQUE TOMAZELLI (prefeito de Itaquiraí e presidente da Assomasul) — Muito bom dia a todos e a todas. É uma satisfação estar neste momento histórico aqui em Mato Grosso do Sul, com cada um de vocês. Início cumprimentando o proponente, deputado Zeca do PT. Quando falamos em reforma agrária, é impossível não lembrar de Itaquiraí, minha cidade. Da mesma forma, o colega Rodrigo, prefeito de Sidrolândia, que também está presente — falar de reforma agrária é falar de Sidrolândia. Tanto Itaquiraí quanto Sidrolândia são referências nacionais nesse tema, exemplos de reforma agrária que se transformaram em desenvolvimento econômico, fruto direto do trabalho de cada assentado. Quero cumprimentar a ministra Simone, nossa conterrânea sul-mato-grossense; a Fernanda, representando o Ministério do Desenvolvimento; e o João Pedro, diretor do Incra, que me antecedeu na fala. Em nome dele, cumprimento também o Paulinho, nosso superintendente regional, e o Adilson — a quem agradeço pelo trabalho conjunto que realizamos recentemente em Itaquiraí, com apoio do Incra, entregando resultados concretos à população. Afinal, é para isso que nós, servidores públicos, existimos: para dar respostas e mostrar efetividade ao nosso povo. Basta olhar para esta plateia, casa cheia, para perceber a expectativa de todos em relação ao trabalho que fazemos juntos. Cumprimento ainda o vice-governador Barbosinha — leve, por favor, também a saudação dos prefeitos pelo excelente trabalho que o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul vem realizando. Registro a presença dos deputados federais Vander Loubet e Camila Jara, e também do deputado estadual Pedro Kemp, a quem envio

um abraço especial e, em seu nome, cumprimento todos os parlamentares aqui presentes. Não temos dúvidas, nós, prefeitos e a Assomasul, de que a reforma agrária é fundamental para garantir um desenvolvimento social equilibrado em nossos municípios e, consequentemente, em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Somos a prova de que, quando caminhamos juntos, conseguimos avançar, sempre com o olhar voltado para as pessoas, especialmente para quem mais precisa. Sabemos que, muitas vezes, a jornada pode ser longa, mas é esse modelo de trabalho coletivo que precisamos preservar, mantendo firme a visão de um futuro de esperança para cada um de nós. Quem está dentro de um assentamento — seja no Capão Seco, lá em Sidrolândia, seja no Indaiá, lá em Itaquiraí — está na expectativa de acesso a crédito; está na expectativa de acesso à habitação. E, quando a gente uniformiza esforços — Estado, União, município — a gente consegue colher frutos. Por isso a Assomasul sempre busca estar presente, ao lado das políticas públicas que vão levar resultado para a população. E, juntos, iremos alcançar o que toda a população almeja: o nosso trabalho efetivo por Mato Grosso do Sul, pelo Brasil, por nossos municípios cada vez mais fortes. Mais uma vez, deputado Zeca — vou ser breve —, parabéns pela iniciativa. Conte com a Assomasul, conte com os municípios, no que for necessário, para nós construirmos políticas públicas efetivas, juntos. Que Deus abençoe cada um de vocês. Um excelente dia. Um abraço.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Registrados, neste plenário, a presença de Luiz Augusto Vila, chefe da Divisão de Obtenção de Terra; de Rogério de Souza Gaspar, chefe de Governança da Terra; e do vereador Adelar Bello, de Nova Andradina. Anunciamos agora a palavra do deputado federal Vander Loubet.

DEPUTADO FEDERAL VANDER LOUBET - PT/MS — Bom dia a todas e a todos! Quero iniciar cumprimentando o querido deputado Zeca do PT, organizador deste evento, e, em seu nome, saudar a ministra Simone; a ministra Fernanda, que aqui representa nosso ministro Paulo Teixeira, em viagem ao exterior; o vice-governador Barbosinha — estendendo o cumprimento a todos os secretários e colaboradores do governo Riedel; o prefeito e presidente da Assomasul, Thales; o deputado Pedro Kemp; o João Pedro, do Incra; e a minha querida deputada federal Camila Jara, que muito me orgulha por compartilharmos a mesma bancada partidária. Em nome de todos vocês, cumprimento também as lideranças dos movimentos sociais, nossos vereadores e vereadoras, prefeitos, e os superintendentes do Governo Federal — em especial o Paulinho, do Incra, que nos enche de orgulho — e, em nome da Marina, a deputada Gleice Jane. Este é um momento histórico e muito importante para todos nós e, sobretudo, para a reforma agrária. Lembro que, quando estivemos — eu e a deputada Camila — com o deputado Zeca, a ministra Simone prontamente respondeu: “vamos marcar essa reunião, esse evento em Campo Grande”. E é por isso que afirmo: vivemos hoje um momento histórico por dois motivos: primeiro, porque é um momento de entregas. Nós vamos realizar aqui uma entrega muito importante — como bem lembrou o João Pedro —: a portaria de reconhecimento do povo quilombola da Comunidade Tia Eva. Mas não é apenas isso. Graças ao trabalho da nossa bancada, em parceria com o Governo do Estado, o Incra e o MDA, também

lançaremos um dos maiores programas de habitação voltados ao povo quilombola da Tia Eva. Outro ponto é a entrega simbólica de dois mil títulos de terra, sendo cento e sessenta e sete nesta etapa. João Pedro sabe bem o quanto esse processo é difícil. Como disse a ministra Simone há pouco, estamos há dois anos e meio de governo. Parece muito, mas é preciso lembrar: recebemos um país sem Ministério do Planejamento, com o Incra sucateado, sem o MDA. Foi necessário reconstruir toda essa estrutura nesses dois anos e meio. Ainda falta muito, é verdade, mas estamos avançando dentro das possibilidades. Além das entregas de hoje, este é um momento histórico, ministra Simone, ministra Fernanda. Aqui, em Mato Grosso do Sul, temos cerca de dezessete mil famílias cadastradas, acampadas, esperando a reforma agrária, esperando um pedaço de terra para plantar. É importante reconhecer que os movimentos sociais presentes foram os que sustentaram a eleição do presidente Lula — debaixo de chuva, de sol, durante os mais de quinhentos dias em que esteve preso. Por isso, temos uma dívida com a reforma agrária. Já há investimentos em políticas de crédito, inclusão e fortalecimento das áreas assentadas, o que é fundamental. Mas precisamos ir além. É essencial que, ainda este ano, cumpramos a meta estabelecida. Aqui, faço um parêntese: tanto o Paulinho quanto a Marina têm desempenhado um trabalho exemplar na superintendência do Incra e do MDA, motivo de muito orgulho para nós. Temos três planos de ação. Não conseguiremos atender todas as dezessete mil famílias, mas precisamos, no mínimo, assentar entre três e cinco mil famílias ainda em 2025. É fundamental sair deste encontro com esse compromisso, fruto do esforço coletivo do Governo Federal, do Governo do Estado e dos municípios. Reconhecemos o trabalho brilhante que o Tiago, da Superintendência do Patrimônio da União (SPU/MS), vem realizando ao disponibilizar áreas federais. Mas isso não basta. Precisamos avançar na destinação de terras do sistema financeiro, áreas em poder dos bancos, propriedades do tráfico e, sobretudo, ampliar os investimentos, mesmo diante das dificuldades orçamentárias. Até porque Mato Grosso do Sul é hoje o segundo estado com maior número de famílias acampadas, atrás apenas do Pará. Cumprir essa meta não é pedir muito nem pensar muito grande. Ao contrário, é estar alinhado com a determinação do presidente Lula. Tenho certeza de que será o coroamento de tudo o que temos feito por Mato Grosso do Sul. Ministra Simone, a senhora tem feito muito pelo nosso estado. Nós sabemos do empenho da bancada ao longo desses dois anos e do quanto temos sido parceiros do governo Riedel. Quero registrar aqui um exemplo dessa parceria: entregamos ao governo estadual, pensando no corredor bioceânico, a concessão de duas rodovias federais — a BR-262 e a BR-267 — integradas à MS-040. O governador fez a concessão de um projeto estratégico para o desenvolvimento, e nós não cobramos apoio eleitoral ao Lula, nem impusemos condições, mas fizemos por respeito à democracia e por acreditar no desenvolvimento do estado. Agora, falta avançar na questão da reforma agrária, cumprir a meta e, principalmente, viabilizar recursos para recuperar os nossos silos lá da Itamarati, porque nos envergonha muito ver as condições em que estão. Precisa ter recurso para os grandes, para a iniciativa privada, mas é importante a gente achar mecanismo para recuperar aqueles silos, para os pequenos produtores poderem armazenar sua safra, poderem ter condições de melhorar sua renda, porque é assim que a gente transforma. E não é incompatível, como disse o deputado Zeca, agricultura familiar com agricultura de escala — o agronegócio. A

escala é boa para nossas reservas, é boa para ajudar nossas divisas, mas é da agricultura familiar que sai 67% daquilo que chega na mesa dos trabalhadores. E é isso que a gente precisa reforçar, e é por isso que nós estamos aqui; é por isso que meu mandato luta, nesses seis mandatos que eu tenho — que me orgulham muito — aqui pelo Estado de Mato Grosso do Sul. É um mandato à disposição da reforma agrária, à disposição da agricultura familiar. Parabéns por este evento. Parabéns pela participação de vocês, até porque sem luta não tem vitória, e a presença de vocês aqui é uma forma de a gente pressionar o nosso governo de que a reforma agrária é prioridade. Porque o orçamento é buscado e é disputado, e, se a gente não tiver organização, a gente não consegue recurso para a reforma agrária. É isso. Muito obrigado. Vou passar para a deputada Camila complementar a minha fala como membro da bancada.

DEPUTADA FEDERAL CAMILA JARA – PT/MS — Bom dia, pessoal, tudo bem? Eu queria dizer que estou rodando o estado inteiro com o Zeca. Eu estou indo para um lado com ele, e o Vander está indo para o outro, e essa agitação, essa movimentação, está dando muito orgulho e está dando muito gosto. E, se depender da luta e da garra de vocês, Mato Grosso do Sul vai sair do status de estado que tem mais demanda por terra e — eu tenho certeza — vai conseguir ser o estado que vai zerar a demanda por terra e conseguir ser exemplo para o Brasil, não só do grande agronegócio, mas vai ser exemplo da reforma agrária popular. Porque a gente sabe que a reforma agrária não é só dar terra; é dar condição para produzir e condição para que as pessoas consigam tirar da terra o próprio sustento. Não dá mais, pessoal, para a gente aceitar ser grande exportador, ver que bate recorde de exportação e, em alguns assentamentos, não ter água para produzir e não ter água para que as pessoas possam lavar a própria louça. Eu sei o que é vir de uma família que ficou debaixo de lona para conseguir ter o próprio sustento e o quanto um pedaço de terra pode transformar a realidade. E é por isso que a gente está aqui hoje, somando esforços entre os governos municipais, estadual e federal. E aqui a Simone está representando o presidente Lula — e ele mandou a melhor jogadora dele para estar junto com a gente, para traçar uma estratégia e dar essa resposta para vocês. Eu tenho certeza de que, com o esforço que o Zeca fez de ir a Brasília e fazer essa agenda, a gente vai conseguir avançar. Contem conosco, contem com o nosso mandato. Quando a gente se une, consegue transformar as coisas; e, quando vocês se unem, vão para debaixo de sol, vão para debaixo de lona e provocam esse movimento aqui, a gente se movimenta junto com vocês. Eu tenho certeza de que, no mínimo, até o final do ano, vamos conseguir assentar umas quatro mil famílias e vai haver um esforço para conseguir assentar todo mundo até o final do mandato do presidente Lula. Vamos à luta. Reforma agrária, já!

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Registramos a presença da professora Tchoya Gardenal do Nascimento, coordenadora-geral do projeto TED (Termo de Execução Descentralizada) da UFMS. Vamos ouvir agora a senhora Fernanda Machiavelli Morão de Oliveira; secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário, neste ato, representando o ministro Luiz Paulo Teixeira, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

SENHORA FERNANDA MACHIAVELLI MORÃO DE OLIVEIRA (secretária-

executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário) — Bom dia a todas e a todos. Eu quero cumprimentar a ministra Simone Tebet. É uma honra estar aqui ao lado dela, essa ministra que tem se dedicado tanto ao Mato Grosso do Sul, no governo do presidente Lula, e à luta pela reforma agrária, garantindo a reestruturação do Incra e aumentando seu orçamento, ano a ano. Quero cumprimentar o vice-governador Barbosinha, o deputado estadual Zeca do PT — parabenizá-lo por essa iniciativa, por ter trazido os movimentos sociais para um debate dentro da Assembleia Legislativa, porque é aqui que o povo tem que estar: junto com seus representantes, fazendo a luta por mais conquistas. Quero cumprimentar a deputada federal Camila Jara e o deputado federal Vander Loubet — que têm trabalhado também pela ampliação das conquistas da reforma agrária —; o deputado estadual Pedro Kemp, o prefeito Thales Henrique, o diretor João Pedro, que está aqui, nosso diretor do Incra, e as nossas superintendentes: a Marina Viana, que nos representa aqui no estado, como superintendente do Ministério do Desenvolvimento Agrário; e o Paulinho, que é o superintendente do Incra. Ambos têm se dedicado muito para fazer a escuta, o diálogo com os movimentos sociais aqui do estado, para que a sua luta frutifique. Também cumprimento todos os dirigentes de movimentos sociais que estão aqui e suas militâncias: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL); aqui eu sei que estão o Douglas, a Laura, o Fernando, o Beto, das Ligas Camponesas, o Adonio, do MST; da CTB, o Jorge da Contag; o MSTB e as lideranças quilombolas que estão aqui presentes. Em Mato Grosso do Sul são cento e noventa e dois assentamentos da reforma agrária, trinta e seis mil famílias, dezessete mil famílias acampadas e vinte e dois territórios quilombolas. Essas são as famílias que produzem alimento saudável, que chega à mesa das famílias que estão nas cidades. É o povo que acorda cedo, debaixo de sol, debaixo de chuva, e vai produzir o alimento saudável que nutre as nossas crianças nas escolas, que nutre as nossas famílias nas cidades e no meio rural. Nossa compromisso com a luta dessas famílias — compromisso do governo Lula — é total. A nossa responsabilidade, ao sentar numa cadeira do Governo e tendo o presidente Lula nos comandando, tem que ser do tamanho do sonho de cada um e de cada uma de vocês. Hoje nós fazemos uma série de entregas. Estamos entregando, ministra Simone, treze contratos do Programa Nacional de Crédito Fundiário — que é um programa conduzido pelo MDA, que leva a terra por meio de crédito subsidiado. Nós também vamos fazer entregas dos Selos Quilombos do Brasil, reconhecendo a origem desses produtos e valorizando os produtos que vêm do trabalho das quilombolas e dos quilombolas. Vamos assinar também quatrocentos e quarenta e sete contratos de Fomento Mulher — são contratos de crédito no valor de oito mil reais, que vão para as mãos das mulheres assentadas da reforma agrária, para que elas possam produzir, ter os seus processos, os seus projetos produtivos, de forma autônoma e independente, inclusive dos projetos produtivos de seus companheiros. O Fomento Mulher mostra a prioridade que a gente tem dado às mulheres na luta pela reforma agrária. Deputada Camila, até 1988, mulheres sem marido não acessavam lote da reforma agrária. Foi a Constituição que deu autorização para que as mulheres pudessem, sim, ser beneficiadas pela reforma agrária. E, hoje, no terceiro mandato do governo do presidente Lula, as mulheres que são chefes de família têm pontuação a mais na hora de selecionar um lote pela reforma agrária.

As mulheres recebem os oito mil reais com rebate de 80% — quer dizer que elas vão receber os oito mil reais e vão ter que pagar pouco de volta, cerca de mil e oitocentos. É o recurso que chega à mão das mulheres e que chega à nossa família, também. O crédito de instalação é para todas as famílias assentadas. A gente está levando habitação e apoio inicial. Também, hoje, vamos assinar os títulos de domínio nos lotes da reforma agrária — um grande esforço de regularização que tem sido feito — que vai totalizar, no final deste ano, quatro mil e quinhentas famílias beneficiadas, que entram para o Programa Nacional de Reforma Agrária no Estado. E hoje nós estamos reconhecendo mais cento e sessenta e sete famílias que estão sendo regularizadas dentro de assentamentos. Além disso, há um contrato de concessão de uso para o município de Dois Irmãos do Buriti, que é justamente essa titulação urbana, para que a cidade possa também fazer sua regularização fundiária. O território Tia Eva — a Comunidade Tia Eva — recebe agora sua portaria de reconhecimento, que vai abrir as portas para todos os direitos que os quilombolas têm quando são reconhecidos pelo Incra. E nós vamos ainda levar energia fotovoltaica para as habitações dos assentamentos da reforma agrária, com o apoio importante da Itaipu Nacional, além de fazer um acordo com a Prefeitura Municipal de Itaquiraí para que a gente também faça a regularização fundiária no estado. São vários avanços; serão beneficiados assentados de vários municípios: Sidrolândia, Terenos, Campo Grande, Nioaque — são alguns dos municípios que hoje estarão sendo beneficiados por essas medidas. É a luta da reforma agrária que avança, é a conquista do povo que é reconhecida pelo trabalho do governo. A ministra Simone Tebet autorizou um aumento de orçamento — um projeto de lei orçamentária — que vai aumentar em 48% o orçamento do Incra. Está lá no Congresso Nacional: o nosso orçamento do Incra que, quando começou o governo, já tínhamos duzentos milhões de reais, foi para setecentos e oitenta e dois milhões e, com o Programa Terra da Gente, no ano que vem, será de um bilhão e cento e sessenta e um milhões destinados à reforma agrária. Agora é hora de pressionar o Congresso Nacional para que aprove essa ampliação de orçamento e que a gente ainda conquiste um pouco mais. Os avanços são frutos da pressão popular, da participação social. Ontem, estiveram nas ruas milhões de brasileiros que reivindicaram “anistia, não”, “PEC da Blindagem, não”, para o fortalecimento da nossa democracia. São os movimentos sociais que estão liderando esse processo de proteção das nossas instituições e um grito por um Brasil soberano. E Brasil soberano é aquele que tem soberania alimentar — e quem faz a soberania alimentar do nosso país é a agricultura familiar, que produz mais de quatrocentos tipos de alimentos, alimentos diversificados e saudáveis que chegam às nossas mesas. Então, ontem à noite, quando eu saí da minha casa, lá em Brasília, as minhas filhas falaram: “Mãe, você vai viajar no domingo?” Eu falei: “Sim, porque, enquanto tiver uma criança crescendo debaixo da lona, nós vamos estar lutando para fazer a reforma agrária.” Nós estamos ao lado de vocês, e Mato Grosso do Sul, sem dúvida, vai ser um grande caso de orgulho, porque, ao longo deste governo — sabendo que cada dia é um dia a menos — nós estamos vendo que, lá na frente, a gente pode multiplicar esses dias e muito mais, reelegendo nosso presidente. E nós vamos trabalhar para isso. Muito obrigada. Viva a reforma agrária, viva Mato Grosso do Sul!

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Registrados a presença, neste Plenário, do corpo técnico do Ministério do Planejamento do Governo Federal, do senhor João Vila Verde, que é secretário nacional de Articulação Institucional e Integração Sul-Americana do Ministério do Planejamento, que está aqui juntamente com a ministra Simone Tebet. E agora, de acordo com a programação, nós apresentaremos um vídeo institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e do Incra, que expressa todas as políticas públicas do MDA e suas técnicas, políticas públicas comerciais e agroindustriais. São as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar em geral, quilombola, tradicional, indígena e reforma agrária. [Exibição de vídeo institucional]. Registrados a presença, neste Plenário, do deputado Renato Câmara, primeiro vice-presidente da Alems. Senhoras e senhores, daremos início agora à assinatura de contrato de crédito, modalidade Fomento Mulher — já pagos em Mato Grosso do Sul quatro milhões de reais. Convidamos, para que venham aqui no Plenário Especial, para este ato de assinatura, as seguintes autoridades: Fernanda, que é secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Agrária; João Pedro Gonçalves da Costa, diretor de Governança Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); e Paulo Roberto da Silva, superintendente regional do Incra/MS. Neste momento, convidamos as representantes das beneficiárias para assinatura de contratos de crédito Fomento Mulher. Convidamos Rosely Cavalcante da Silva, lote 107, do Assentamento Três Corações, município de Campo Grande. O presente contrato assinado é no valor de oito mil reais. Na sequência, convidamos, para assinatura de contrato de crédito Fomento Mulher, Ineide Graffunder, lote 16, do Assentamento Conquista, município de Campo Grande. O presente contrato assinado é no valor de oito mil reais. Prosseguindo com as assinaturas, passemos agora à assinatura de Título de Domínio Definitivo. Neste momento, convidamos, para virem aqui à frente, à medida que forem anunciados, os seguintes beneficiários. Do município de Sidrolândia, convidamos, para assinar e receber o Título de Domínio Definitivo do Assentamento Eldorado, lote 374, o senhor Nelson Teixeira dos Santos. O senhor Nelson, de Sidrolândia, já está posicionado para assinar o documento. Em seguida, convidamos a senhora Sônia Luiza da Silva, do município de Nioaque, para assinar e receber o Título de Domínio Definitivo do Assentamento Nioaque, lote 48. De Campo Grande, convidamos a senhora Neide Aparecida da Silva e o senhor Raul Nunes Malheiro para assinar e receber o Título de Domínio Definitivo do Assentamento Estrela Campo Grande, lote 05. Enquanto procedem às assinaturas, registramos e agradecemos as presenças de Lucília de Almeida, da gerência do Agro Sendis/CG, e de Nadir Correia do Amaral, presidente da Associação CBT/MS. Prestigiando este seminário de proposição do deputado Zeca do PT, também registramos a presença do advogado Fábio Trad e de Ataíde Arbuste, presidente da Cooperativa Cooperar. Prosseguindo, passemos à assinatura do Contrato de Concessão de Uso (CCU). Do município de Dois Irmãos do Buriti, convidamos a senhora Solange Clementina de Sá para assinar e receber o CCU do Assentamento Piúva, lote 115. Parabéns, dona Solange! Recebe neste momento o Contrato de Concessão de Uso do Assentamento Piúva, em Dois Irmãos do Buriti. Vamos ao registro dessa foto oficial histórica, acompanhada pela ministra Simone Tebet. Passemos agora à assinatura do Protocolo de Intenções nº 01/2025, celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul, por

intermédio da Agência de Habitação Popular (Agehab/MS), e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/MS), visando ao desenvolvimento de ações para implementação de células fotovoltaicas em unidades habitacionais. Participam desta cerimônia de assinatura: Simone Tebet, ministra do Planejamento e Orçamento; José Carlos Barbosa, vice-governador do estado; Fernanda Machiavelli Morão de Oliveira, secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Paulo Roberto da Silva, superintendente regional do Incra; Edmilton Cerqueira, secretário de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais do MDA; Ubiratã Rebouças Chaves, diretor-presidente da Agehab/MS, em substituição legal; Ronaldo Jefferson da Silva, presidente da Comunidade Tia Eva. Assinam o Protocolo de Intenções nº 01/2025: pela Agehab/MS, Ubiratã Rebouças Chaves, diretor-presidente em substituição legal; pelo Incra/MS, Paulo Roberto da Silva; pelo Estado de Mato Grosso do Sul, o vice-governador José Carlos Barbosa; pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Fernanda Machiavelli Morão de Oliveira; o procurador do Estado e coordenador jurídico da Agehab/MS, Osley Bega Junior; e a ministra Simone Tebet. Na sequência, teremos a entrega de um quadro comemorativo. Convidamos a deputada Gleice Jane para participar deste momento importante do seminário de proposição do deputado Zeca do PT. Também registramos a participação do deputado Renato Câmara, vice-presidente do Parlamento. O superintendente regional do Incra, Paulo Roberto da Silva, fará a entrega do quadro a Ronaldo Jefferson da Silva, uma reprodução da lei que reconhece e declara como terras da Comunidade Remanescente do Quilombo de Eva Maria de Jesus, conhecida como Tia Eva. É a portaria que reconhece oficialmente e que passa a vigorar a partir de hoje. O presidente do Incra deu essa informação e, desde já, parabenizamos a Comunidade Tia Eva por essa conquista histórica. Prosseguindo, passemos agora à assinatura do Protocolo de Intenções para a implementação de células fotovoltaicas em unidades habitacionais, firmado entre o MPO, o MDA, o Incra, o Governo do Estado, a Agehab e a Comunidade Tia Eva. Assinam este termo a ministra Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento; o senhor José Carlos Barbosa, vice-governador do estado; a senhora Fernanda Machiavelli Morão de Oliveira, secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário; e o senhor Paulo Roberto, superintendente regional do Incra. Na sequência, passemos ao próximo documento: a assinatura do Contrato do Programa Nacional de Crédito Fundiário, que representa um investimento no valor de três milhões e oitocentos mil reais. Para assinar, convidamos: Fernanda Machiavelli Morão de Oliveira, secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário, neste ato, representando o senhor Luiz Paulo Teixeira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Mariana Ricardo Nunes Viana, superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar em Mato Grosso do Sul; Paulo Roberto, superintendente do Incra/MS; Milton Nogueira, gerente-geral da agência Coronel Antonino, do Banco do Brasil; Jorge Bento Soares, da empresa executora Cura; senhora Maria Helena, representando as treze famílias beneficiárias contempladas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário. Todos estão convidados a proceder à assinatura do contrato, formalizando este importante investimento. Prosseguindo com as formalidades do evento, passemos agora à assinatura do Selo Quilombos do Brasil. Estão posicionados para este ato a senhora Fernanda, pelo Ministério do Desenvolvimento

Agrário e Agricultura Familiar; o senhor Edmilton Cerqueira, secretário de Territórios e Sistemas Produtivos; Marina Ricardo Nunes Viana, superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar em Mato Grosso do Sul; e Paulo Roberto da Silva, superintendente regional do Incra. Convidamos Lucineia de Jesus Domingos Gabilão, representante do Quilombo Buriti, em Campo Grande, para receber o Selo Quilombos do Brasil. Em seguida, convidamos Adão Alves Custódio, da Aldeia Dez de Maio, em Sidrolândia, para receber o Selo Indígena do Brasil. Teremos agora a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Incra e o município de Itaquiraí. Convidamos o superintendente regional do Incra/MS, Paulo Roberto da Silva, e o prefeito de Itaquiraí, Thales Tomazelli, para formalizar este ato. Na sequência, passemos à entrega das cestas, preparadas pelos movimentos sociais com produtos da agricultura familiar. Paulo Roberto da Silva entregará uma cesta à ministra Simone Tebet, em reconhecimento ao trabalho realizado por Mato Grosso do Sul. Marina Ricardo Nunes Viana entregará uma cesta à secretária-executiva Fernanda Machiavelli. O deputado Zeca do PT, que preside a Mesa, será representado por Ataíde, responsável por lhe representar na entrega da cesta. Maria Aparecida, da Coplaf, entregará uma cesta ao vice-governador José Carlos Barbosa, o Barbosinha, preparada pelos movimentos da agricultura familiar, quilombola e indígena. Na sequência, teremos a entrega das garrafas térmicas: Paulo Roberto da Silva, superintendente regional do Incra/MS, entregará ao deputado federal Vander Loubet; Marina Ricardo Nunes Viana entregará à deputada federal Camila Jara; Ataíde, da Coperap, entregará ao prefeito de Itaquiraí e presidente da Assomasul, Thales Henrique Tomazelli; Maria Aparecida entregará ao deputado Pedro Kemp. Convidamos também Lucineia de Jesus Domingues Gabilão, que recebeu o Selo Quilombos do Brasil, para entregar uma cesta ao secretário Edmilton. Encerradas as entregas, passemos aos pronunciamentos oficiais. Prosseguindo com as formalidades deste Seminário, de proposição do deputado Zeca do PT — que continuará na presidência — ouviremos a ministra, o vice-governador. Agora, o pronunciamento do deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (proponente e presidente da CPDAIQ) — Meus amigos, minhas amigas, nós estamos indo para a parte final deste evento muito importante que, com certeza, terá não só uma enorme repercussão, mas também um resultado extremamente positivo para a luta pela reforma agrária e pela agricultura familiar. E não poderíamos encerrar sem ouvir as duas principais autoridades que nos prestigiam neste momento. No primeiro momento, quero anunciar o pronunciamento de Sua Excelência, a senhora Simone Tebet, ministra do Planejamento e Orçamento do governo Lula. Logo em seguida, teremos o pronunciamento de Sua Excelência, o vice-governador José Carlos Barbosa, lembrando aos movimentos sociais, ao companheiro Paulinho, do Incra, e à Marina, que à tarde nós temos reunião de trabalho, a partir das 13h30min, aqui no Plenarinho Nelito Câmara.

SENHORA SIMONE TEBET (ministra de Estado do Planejamento e Orçamento) — Obrigada, governador Zeca do PT. Bom dia a todos e a todas. Estou tão feliz hoje — e vou contar a razão, ou as razões, logo, logo. Quero começar dizendo da minha

alegria de, novamente, estar nesta tribuna. Aqui começou a minha vida política. Tive o privilégio de ser, por seis anos, diretora-geral da Assembleia Legislativa, começar os primeiros passos na política, e meu primeiro mandato foi como deputada estadual. Então, é uma honra estar novamente nesta tribuna, numa manhã mais do que simbólica. Eu quero, em nome de todos os servidores e servidoras desta Casa, em nome da Severina, cumprimentar todos os deputados e deputadas estaduais. Gostaria de cumprimentar as autoridades que se fazem presentes: governador Zeca do PT — muito obrigada pelo convite —; deputados federais, meus companheiros lá em Brasília, Camila Jara e Vander Loubet; cumprimentar o deputado Pedro Kemp, que se faz aqui presente; João Pedro — uma alegria revê-lo; você, Marina, e dizer que eu não venho sozinha. Eu venho com uma mulher extraordinária, de uma competência, de uma dedicação, de um amor à causa da reforma agrária. Ela não é apenas uma das mais competentes servidoras da Esplanada — porque competência a gente pode adquirir; a gente estuda, a experiência da vida nos ensina. Há algo que dinheiro nenhum, inteligência nenhuma é capaz de dar: é o amor a uma causa, é fazer com paixão aquilo em que acredita. E a Fernanda, nossa secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem “sangue nos olhos” quando se fala em assentamento, em reforma agrária, em quilombo — enfim, em agricultura familiar. Então, leve ao ministro Paulo Teixeira o nosso agradecimento. Eu gostaria, Thales, em seu nome — enquanto prefeito e presidente da Assomasul —, de cumprimentar os prefeitos que se fazem aqui presentes, e dar um grande abraço, já pedindo desculpa a quem teve que ficar no plenário ao lado, assistindo pelo telão — mas um beijo no coração de todos vocês. Olha, vou dizer o porquê das minhas alegrias. Quero começar por ontem. Desculpem ter uma fala política, mais abrangente, mas realmente fiquei emocionada ontem. Eu nasci num período... Eu nasci na ditadura; nasci na década de 1970 — aliás, sou do ano de 1970. Eu sou do regime de exceção. Quando eu tinha quinze anos de idade, tive que pedir autorização — porque, naquela época, uma jovem de quinze anos não podia sair de casa e ir para a “balada” sem pedir autorização aos pais — para ir às ruas, em 1985, lutar pelas Diretas Já. Poucas pessoas mais novas sabem a importância da democracia. Sem democracia nós não estaríamos aqui; sem democracia o povo não seria soberano, não teria o direito de ir às urnas e votar em quem quisesse escolher para presidente da República, para prefeito, para governador, para senador, para deputado federal. Sem democracia, a minha fala aqui seria interditada, e eu teria a polícia ali na porta para me levar para o cárcere privado, sem saber se eu voltaria viva ou não para casa. Sem democracia, a imprensa que está aqui não iria, de forma livre, dizer se gostou ou não da fala de uma ministra de Estado e ter o direito de fazer as críticas construtivas, como faz, nos ajudando a errar menos. Então, ontem, eu vi as cores da nossa bandeira — verde e amarela — nas ruas da Paulista, de Copacabana, de Salvador, de todas as capitais brasileiras, porque o nosso país se chama Brasil. Ontem, eu vi a soberania do povo, o povo dando um grito contra a impunidade — porque lugar de golpista é na cadeia. Ontem, eu vi o povo dizer “não” à impunidade de políticos; porque suspeitos — qualquer um, rico ou pobre, políticos ou assalariados — são investigados e, se houver suspeita grave, são denunciados e, uma vez processados, têm que cumprir a devida pena. Então, quando eu vi o povo brasileiro recebendo como um tapa na cara a “PEC da Blindagem” ou da “Bandidagem” e tendo ido às ruas dizer: “não, não existem políticos de

categoria melhor e população de segunda categoria” e dizer “basta”, eu amanheci dizendo: “graças a Deus, o Senado Federal vai enterrar a PEC da Bandidagem e não vai ter mais coragem de falar de PEC da Anistia”. Quero, portanto, dizer que a minha segunda alegria foi ter amanhecido estando no movimento social — e não por ser qualquer movimento social. Eu quero falar do exemplo que nós estamos dando aqui. A primeira fala do governador Zeca do PT, na reunião, fazendo uma série de pedidos para nós, foi dizer o seguinte: está na hora — aliás, passou da hora — de a gente dizer que não é agronegócio grande ou agricultura familiar; é complementaridade. O grande agro — ao qual eu pertenço, e não tenho vergonha de dizer isso — ajuda a balança comercial, exporta; isso é importante para o dólar chegar mais, o dólar ficar “comportadinho” e não impactar na inflação, lá no preço dos alimentos. Mas quem coloca comida na mesa do povo brasileiro não é o agronegócio; quem coloca comida na boca das nossas crianças e na mesa dos nossos trabalhadores é a agricultura familiar: coloca o feijão, o milho, a batata, a mandioca, as hortaliças, os legumes. Isso não é discurso novo. Eu faço esse discurso desde a época em que eu estava aqui, na Assembleia Legislativa, e por oito anos no Senado Federal. E isso significa — e eu vi um vídeo de um senhor da agricultura familiar dizendo o seguinte: “Eu não tenho vergonha.” Não é para ter vergonha; é para dizer: “Eu tenho orgulho de ser da agricultura familiar.” É isso que vocês têm que dizer. E o nosso papel — papel do Zeca do PT, meu papel, da classe política, e o papel do agronegócio — é estar lado a lado com vocês: lutando, sim, por mais terras; lutando por crédito subsidiado; lutando por infraestrutura, por água encanada, por saneamento, por habitação, por casas populares, e assim por diante. Eu estou aqui como ministra do presidente Lula, uma sul-mato-grossense que tem orgulho de ser, hoje, uma sul-mato-grossense com a chave do orçamento brasileiro na mão. Não é pouca coisa. O presidente Lula teve a coragem e a sensibilidade de dar para uma mulher do interior do país — que é Mato Grosso do Sul — a chave do cofre. Nem do partido dele eu sou, e ele disse: “Você vai me ajudar a cuidar do dinheiro suado do povo brasileiro; nós vamos ter responsabilidade para poder sobrar recursos para aquilo que precisa.” E aí, falando um pouquinho da pauta — da nossa pauta, da pauta de vocês: quando assumimos o ministério, não existia sequer, depois de quatro anos, o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Tivemos que reconstruir tudo. Como eu disse, e o Vander comentou, parece que já faz muito tempo que estamos no poder — dois anos e meio —, mas, gente, dois anos e meio, para reconstruir Farmácia Popular, Minha Casa, Minha Vida, recuperar as políticas públicas, recuperar a política agrária no Brasil, é muito pouco tempo. Temos duas fronteiras — ou dois caminhos nessa avenida: o caminho de dar infraestrutura, suporte e condição para quem já está assentado poder produzir cada vez mais barato, com juros cada vez mais subsidiados, tendo condições e suporte para produzir seu sustento e alimentar o Brasil; e nós temos uma outra trincheira — mais difícil, nem por isso impossível, muito pelo contrário; porque, para o presidente Lula, nada é impossível quando se fala em atender a população mais carente do Brasil —, que é a questão dos novos assentamentos, das novas desapropriações, dos novos assentados. E, no caso aqui de Mato Grosso do Sul, são dezessete mil famílias. Essa primeira anda bem mais rápido; esta é um pouco mais demorada — não significa que não vai sair. Então, o próximo passo é este encaminhamento que eu sugiro a vocês — porque nada é muito rápido —: que possamos sentar, para que

possamos ter a Advocacia-Geral da União. Eu explico por que é importante. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, capitaneado pelo Paulo Teixeira — ele, que é meu chefe nesse departamento —, explicou depois o porquê: eu sou ministério “meio”; eu só abro a chave do orçamento quando o ministro me demanda. Aí eu analiso e faço aquele “cara-crachá”: a lei permite? Tem orçamento? Remanejo daqui, mudo dali... Mas é preciso que venha dele a demanda. Então, o meu encaminhamento e a minha sugestão: sentar — Paulinho, do Incra; João Pedro; Marina. Quem mais daqui? Governador Zeca, oriente quem vai ser, em nome da Assembleia Legislativa — do gabinete dele —, junto com o MDA e junto com o Ministério do Planejamento e Orçamento (em que eu vou ficar só “olhando”, porque eu sou aquela que depois “caneta”, a pedido do presidente Lula) e a Advocacia-Geral. Explico por quê: para que consigamos fazer o que estamos fazendo na trilha de quem já está assentado e abrir novos caminhos para novos assentamentos, precisamos não só do orçamento brasileiro — porque é pouco e não dá. É preciso que a gente utilize o dinheiro dos precatórios, para que possamos fazer “troca”: quem tem terra e está devendo para a União, a gente deixa de cobrar da União e a pessoa dá a terra. Além disso, a adjudicação. Além disso, nós temos, inclusive em Mato Grosso do Sul, através da SPU, áreas públicas em que é possível fazer remanejamento. Então, esse processo é o primeiro passo para que, até o final do ano, a gente possa estar desapropriando sem causar nenhum problema com quem produz, com quem tem área — porque cabe. O Brasil é gigantesco: cabe todo mundo — e nós precisamos de todo mundo. Então, eu quero, dentro deste particular, assumir um compromisso de ser parceira, Zeca. De novo: eu sou a última a chegar, mas ajudo desde o primeiro momento nesse processo. Já indo para o final, digo que, dentro dos quatro anos, o presidente me pediu para olhar com carinho para o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nós temos um ministro que liga para mim de manhã, de tarde e de noite, chamado Paulo Teixeira: “Simone, e meu dinheiro do PPA?”, “Simone, e como vamos votar os juros subsidiados?” — porque nós somos três votos a votar no Conselho Monetário Nacional com relação aos juros do Pronaf, do Plano Safra, do seguro rural, de todos os implementos: o presidente do Banco Central, o ministro Haddad e eu. E, sempre quando estamos falando de agricultura familiar — vocês sabem disso —, os juros são sempre menores. Gostaríamos que fosse zero — e não é possível —, mas começam em 0,5% ao ano, a depender da cultura, se é orgânica, da atividade, da família, da região em que vivemos. De qualquer forma, eu quero dizer a vocês que, do ano passado para este ano, aumentamos em 48% o orçamento discricionário do Incra — e é pouco, mas conseguimos aumentar 48%. Aumentamos porque, no governo passado, eram apenas dois milhões... Anotem esse número. Todo mundo sabe o que é PAA — e ninguém da agricultura familiar vive sem o PAA. O Programa de Aquisição de Alimentos é fundamental para comprar de vocês aquele excedente que vocês não conseguem vender — do mel, de frutas, de hortifruti, da mandioca, do feijão, do arroz. Pois então: o PAA, prefeito, tinha dois milhões quando pegamos; agora tem quase um — é isso — quase um bilhão de reais. É pouco, mas acontece que não tinha nada — olha o quanto cresceu! Então, colocamos no PAA; aumentamos o PAA em quase um bilhão. Crédito de instalação, a mesma coisa: temos um bilhão para crédito de instalação e para aumento da obtenção, e aumentamos também os recursos para obtenção de áreas. Eu gostaria de encerrar minhas palavras lembrando aqui — porque, quando falo de vocês,

não tem como eu não me lembrar da merenda escolar, porque a comida das nossas crianças vem de vocês — de uma coisa muito triste, que é uma das poucas que ainda me fazem ter vontade de fazer política no Brasil. Para quem viu o Brasil evoluir e depois involuir por quatro anos, chegou um momento em que eu falei: “Está na hora de eu voltar para casa” — até o momento em que eu me lembrei — e eu sou muito religiosa, cada um tem sua religião, a gente respeita todas — e eu me lembro sempre do grande ensinamento da minha mãe: “Ninguém é feliz vendo a infelicidade alheia.” Aí não tem como esquecer — eu, que tenho duas filhas — que nós ainda temos por volta de cinco milhões de crianças dormindo com fome todas as noites. É por isso que eu faço política — e tão somente por isso. E, num reconhecimento a vocês, eu me lembro — já que estamos neste momento de tanta involução, tanto retrocesso, em que todos os valores que a gente tem se veem hoje ameaçados — e eu vou citar aqui, por incrível que pareça, um dos pais da democracia americana. Eu vou me reportar aos Estados Unidos, para — quem sabe — amolecer um pouco o coração do Governo americano, para que alivie as tarifas que tanto nos prejudicam — e não vamos sair da mesa de negociação, porque precisamos dos Estados Unidos, precisamos da China, precisamos da Índia. Por sinal, irei, em outubro, para Índia e China, para buscar novos parceiros comerciais, buscar abrir comércio novamente. Mas eu gostaria de lembrar um dos pais da democracia americana, quando disse, lá no século XVIII: “Se as cidades forem queimadas ou destruídas, o campo se ergue e reconstrói as cidades. Agora, se os campos forem destruídos ou queimados, a cidade e a humanidade acabam.” Este é o valor que vocês têm — não só para Mato Grosso do Sul, mas para o Brasil e para a humanidade, porque, afinal, a agricultura, a pecuária — o grande, o médio e o pequeno; a agricultura familiar — são responsáveis por alimentar o Brasil e quase um bilhão de habitantes no planeta Terra. Muito obrigada!

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (proponente e presidente da CPDAIQ) — Obrigado, ministra Simone Tebet! Convido, para o último pronunciamento, nosso vice-governador Barbosinha. Enquanto ele se encaminha para a tribuna para fazer o seu pronunciamento, eu queria anunciar que, segundo levantamento da nossa assessoria, mais de mil e quinhentas pessoas estão aqui dentro do Plenário e temos cerca de mil pessoas lá fora. [Trecho inaudível]... tomando chuva, mas, mais do que nunca, acreditando, como vocês sempre acreditaram, que a luta pela reforma agrária vai trazer cidadania e dignidade a todos. Obrigado pela presença! Com a palavra, o nosso vice-governador.

SENHOR JOSÉ CARLOS BARBOSA (vice-governador do Estado de Mato Grosso do Sul) — Senhor presidente desta Sessão, deputado Zeca do PT, ao saudar Vossa Excelência, que é o presidente da Comissão Permanente de Desenvolvimento Agrário e Assuntos Indígenas e Quilombolas, permita-me cumprimentar a deputada Gleice Jane, da minha Dourados; o querido amigo deputado Pedro Kemp; o deputado Professor Rinaldo — que passou por aqui — e o meu amigo deputado Renato Câmara. Desde já, vou dirigir uma mensagem de agradecimento à Assembleia Legislativa e dar testemunho do privilégio de estar nesta Casa por dois mandatos e ter convivido com o deputado Pedro Kemp — não tive o privilégio de estar com o deputado Zeca, nem com a deputada Gleice —, com o

deputado Renato Câmara, e poder dar, aqui, o testemunho do seu trabalho em favor das causas sociais. Portanto, poder — depois de muito tempo — retornar a esta tribuna é motivo de muita satisfação. Cumprimento, com muita alegria, nossa ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Simone é um patrimônio de Mato Grosso do Sul, emprestado ao Brasil. Mas não tenho dúvida nenhuma de que ela olha para o Brasil como um todo, para todas as regiões, e tem o olhar sempre carinhoso da filha voltada para sua terra — não apenas para a região do Bolsão, de Três Lagoas, mas para todo Mato Grosso do Sul —, e é muito importante para nós termos uma representante do nosso Estado ocupando os altos escalões da República. E depois, aqui no decorrer da minha fala, irei ilustrar os grandes avanços conquistados ao longo desse período — muitos deles, sem dúvida, com a participação ativa da nossa ministra. Satisfação em receber a Fernanda Machiavelli Morão de Oliveira, secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, aqui hoje ocupando a função de ministra, representando o ministro Paulo Teixeira. Fernanda, eu não a conhecia pessoalmente, mas já sabia da sua devoção, do seu trabalho e da técnica que você é — preparada para ocupar qualquer cargo no Governo Federal e no Ministério, de forma que recebê-la aqui é motivo de orgulho e satisfação. Temos a presença da nossa bancada federal: o deputado Vander Loubet e da deputada Camila Jara. A bancada Federal de Mato Grosso do Sul é referência nacional, orgulho nacional. As emendas destinadas a Mato Grosso do Sul, dialogadas com o Governo, representam obras estruturantes na área da saúde, da educação e da infraestrutura. Esse diálogo, essa construção acima das questões partidárias, elevam o nível da representação política e colocam a nossa bancada federal como um elo extremamente importante do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. Alegria de estar aqui com queridos amigos: Paulinho Roberto da Silva, nosso superintendente regional do Incra; Marina, que realiza um grande trabalho; a presença dos nossos prefeitos Thales Tomazelli, presidente da Assomasul; e Rodrigo Basso, lá de Sidrolândia, dois municípios que possuem assentamentos modelo. E também a presença dos nossos vereadores: o querido vereador Landmark, a vereadora Luiza Ribeiro e o vereador Ronilço Guerreiro, que passou por aqui. Estou aqui com queridos amigos, acompanhado de Eduardo Rocha, nosso chefe da Casa Civil, que realiza um grande trabalho no Governo, junto com o Betine, com o Marquito e com Ubiratã Rebouças Chaves, antigo superintendente da Caixa Econômica, hoje diretor-presidente, em substituição à Maria do Carmo, com quem tivemos, aqui, a oportunidade de realizar assinaturas de atos extremamente importantes. Nós assinamos hoje um protocolo de intenções junto à Agehab e ao Incra, construindo mil casas na área rural, e a Agehab, junto com o Governo do Estado, levando energia fotovoltaica, tal qual fizemos no Pantanal com o Programa Ilumina Pantanal. O Ilumina Pantanal, ministra, beneficiou mais de duas mil e oitocentas famílias com células fotovoltaicas e baterias que carregam durante o dia e proporcionam energia durante a noite. É dessa forma que estaremos levando dignidade ao campo, com casas e também com energia, que é fundamental. Mas também tivemos a oportunidade de presenciar aqui a entrega de títulos de domínio para as famílias dos municípios de Sidrolândia, Nioaque e Campo Grande, consolidando a regularização fundiária e o acesso à terra, que é extremamente importante para possibilitar financiamentos e acesso ao crédito. Também os contratos de concessão de uso para as famílias de Dois

Irmãos do Buriti, a assinatura dos contratos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o pagamento do Programa Fomento Mulher. E aqui, Washington, registro uma mensagem de gratidão pelo grande trabalho que vocês desenvolveram junto à agricultura familiar. Quando temos a oportunidade de realizar a entrega do Programa Fomento Mulher, é importante reconhecer que mil projetos foram elaborados pela equipe da Agraer, com apoio do Incra. É exatamente essa sinergia que faz a diferença, objetivando o esforço comum do Governo Federal e do Governo Estadual para levar recursos ao campo. E aqui também ocorre o resgate de uma dívida histórica com o nosso Quilombo Tia Eva, que pretende ser o maior condomínio quilombola do Brasil, através de uma parceria, porque os terrenos foram doados por projeto remetido da Assembleia Legislativa, com a previsão de construção de — se não me engano — aproximadamente duzentas casas, para que o Quilombo Tia Eva, com investimentos do Governo Federal, se torne uma referência nacional. Temos hoje, também, a entrega dos Selos Quilombos do Brasil e Indígenas do Brasil às lideranças do Quilombo Buriti, na capital, e da Aldeia Dez de Maio, em Sidrolândia. E aí eu abraço a todas as lideranças sindicais, os movimentos sindicais aqui representados. Deputado Zeca, esta foi uma manhã histórica. Eu dizia, ministra Simone, do agradecimento do Governo do Estado ao Governo Federal. As eventuais diferenças políticas, deputado Pedro Kemp, jamais irão impedir que o diálogo entre o Governo do Estado e o Governo Federal continue a existir — como tem existido desde o primeiro dia do governo do presidente Lula. E essa parceria vai muito além do que fizemos aqui hoje. Essa parceria representa as rodovias concessionadas no Vale da Celulose, na BR-163 — quando o Governo Federal, o presidente Lula, em visita a Corumbá —, e aí outro agradecimento, porque a presença do Governo Federal naquele momento tenso —, quando o Pantanal havia em chamas, foi fundamental para debelar aquela crise. O presidente Lula autorizou que as rodovias federais pudessem ser incorporadas ao pacote de rodovias estaduais, e, dessa forma, pudéssemos realizar a concessão, que representa, aproximadamente, mil e setecentos quilômetros de rodovias estaduais e federais concessionadas. Quanto à parceria com o Governo Federal no projeto de habitação — vejo aqui o Ubiratã —, já foram aproximadamente cinquenta e cinco mil casas entregues entre 2023 e 2025 e há mais onze mil casas em execução; e pretende-se contratar, até o fim do governo, de mais cinquenta e oito mil novas unidades habitacionais até o fim de 2025. A Rota Bioceânica — comandada pela nossa ministra Simone —, não é apenas uma rota que passa por Mato Grosso do Sul; ela tem porta de entrada e saída por Porto Murtinho e representa, para Mato Grosso do Sul, uma mudança de eixo estrutural extremamente importante, porque é a ligação do Atlântico ao Pacífico: três mil, trezentos e vinte quilômetros, aproximadamente, diminuindo a distância para o Pacífico de dezessete a vinte dias; possibilitando não apenas a saída de produtos do Centro-Oeste brasileiro, de Mato Grosso do Sul, mas, principalmente, a porta de entrada, criando a conexão para que Mato Grosso do Sul seja um hub logístico de distribuição. A ponte — que já está 80% concluída —, a alça de ligação importante, custa o mesmo valor da ponte... A recuperação da BR... Tudo isso para criar caminhos para que possamos aumentar o desenvolvimento do nosso estado. Por essa razão, senhora ministra e deputado Zeca, levem ao presidente Lula nosso agradecimento. A gente precisa ter a maturidade política para poder discutir as questões políticas no momento oportuno — no momento em

que irão acontecer —, mas também render o tributo de gratidão às parcerias que geram desenvolvimento. E, nesse aspecto — caminhando para finalizar —, o Brasil tem uma dívida com a sua comunidade indígena. O Brasil tem uma dívida com a comunidade negra. O Brasil tem uma dívida com os pobres. E, quando falo de pobre, não falo por teoria. Eu sou pobre de um tempo em que não havia Vale-Gás, nem programa habitacional. Minha mãe, mãe de nove filhos — sou caçula de nove irmãos... Nos programas sociais, deputado Pedro Kemp, minha mãe ia em uma fila para pegar um pacote de aveia e um pacote de leite; e, no inverno, recebia dois metros de flanela. Esse era o programa social. Eu sou especialista em fazer fogão de pó de serra e em fazer lamparina, porque não existia energia elétrica. Eu fui conhecer energia elétrica quando eu tinha quinze a dezesseis anos. Eu fui resgatado pela educação, e conheço o sentimento das pessoas pobres e, por essa razão, a solução para a pobreza está na aquisição de terra; e esse é um custo que os brasileiros têm que compartilhar: a aquisição de terra para os quilombos, para as comunidades indígenas, para o pequeno produtor. Mas nós só iremos pacificar o campo e pacificar a cidade na medida em que nos dispusermos a resolver esses problemas além do discurso, colocando — no orçamento — recursos para a aquisição de terras, para poder comprar tratores, para poder resolver problemas como lá na Itamarati. Eu dizia ao deputado Zeca que aqueles silos são extremamente importantes. Aquilo depõe contra a imagem do modelo de reforma agrária que a gente pensa. E aí, ministra Simone, é preciso estimular o processo cooperativo. É preciso que as comunidades tenham valor agregado. Em vez de entregar o leite in natura, é preciso processá-lo, nos próprios assentamentos e entregar esses produtos já com valor agregado — e assim vale para toda a cadeia produtiva. E isso compete ao Governo Federal, em sintonia com o Estado. Eu finalizo dizendo que as eleições não irão superar o que o governador Riedel pensa em desenvolvimento para Mato Grosso do Sul. Quero dizer do meu orgulho de ser vice-governador de um governador que tem, para o estado, quatro eixos de desenvolvimento: um estado próspero — e próspero somos; um estado que, nos últimos anos, mais cresce no Brasil; um estado que, só neste governo, internalizou mais de oitenta bilhões em investimentos — e aí, mais uma vez, o papel do Governo Federal é proeminente, para que essas indústrias e empresas viessem para Mato Grosso do Sul; um estado verde — e aí a gente vê a Lei do Pantanal; e a ministra Marina elogiando a Lei do Pantanal, porque ela foi construída não pelo Governo do Estado ou pela Assembleia Legislativa, mas ouvindo ambientalistas e o homem pantaneiro — aquele que reside no Pantanal. Portanto, um estado próspero; um estado verde; um estado digital — hoje, com fibra óptica chegando aos setenta e nove municípios. Nós temos que trabalhar para a conectividade também chegar ao campo, porque, na pandemia, observou-se um fosso social enorme na questão da conectividade. E, sobretudo, o quarto eixo — o mais importante — que é o estado da inclusão. E só conseguiremos fazer a inclusão dialogando, construindo, tendo maturidade política para firmar as parcerias que proporcionam o que estamos fazendo aqui nesta manhã. Muito obrigado, ministra Simone; muito obrigado, ministra Fernanda. Seja muito bem-vinda a Mato Grosso do Sul. Parabéns, deputado Zeca do PT, por presidir esta Sessão. Muito obrigado, deputado Vander, e toda a bancada federal, pelo apoio a Mato Grosso do Sul. Vamos seguir assim, juntos, trabalhando, vencendo as crises, as dificuldades,

superando os entraves políticos e pensando na construção de um Brasil justo, livre, soberano — e voltado para todos os brasileiros. Grande abraço a todos. Muito obrigado.

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (proponente e presidente da CPDAIQ) —

Meus amigos, minhas amigas, eu gostaria, como última manifestação, presidindo esta atividade importante, de fazer um reconhecimento e um manifesto de gratidão ao Governo Federal, na pessoa da nossa querida ministra Simone Tebet, da ministra Fernanda e do João Pedro, que, aqui, como diretor do Incra, representa uma instituição fundamental para a reforma agrária e para a agricultura familiar. Quero agradecer a essas figuras que estão materializando a presença do Governo Federal. Gostaria de agradecer aos nossos deputados federais — companheiro deputado Vander Loubet e companheira Camila Jara —; aos meus colegas deputados estaduais, que nos prestigiam aqui e agradecer toda a força, todo o apoio do Governo do Estado — do governador Eduardo Riedel, que tem sido extremamente sensível com a questão da agricultura familiar —, na pessoa de José Carlos Barbosa. Agradeço também o empenho fundamental — para a realização deste evento — do meu amigo, parceiro e companheiro, superintendente do Incra, o Paulinho; e da nossa querida companheira, superintendente do MDA — do Ministério do Desenvolvimento Agrário —, Marina. Agradeço a presença e o prestígio que nos dão aqui os prefeitos, vereadores e vereadoras. E, por fim, quero agradecer aos movimentos sociais. É muito importante a presença, o prestígio, a força que vocês nos dão nesta manhã. Quero concluir dizendo que aqueles que foram agraciados com as assinaturas — e os outros que precisam ser contemplados, ou que foram contemplados — deverão se dirigir às mesas dispostas aqui, para identificação, no saguão, de acordo com as letras iniciais de seus nomes, de modo a facilitar a organização e agilizar o atendimento. Informamos, ainda, que será disponibilizado um kit-lanche aos presentes, e a retirada deverá ser feita nas mesas que estarão dispostas na saída desta Casa de Leis. Muito obrigado a todos vocês. Viva a reforma agrária, viva a agricultura familiar! Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrado a presente solenidade. Está encerrado (11h28min).